

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 10

A REVOLUÇÃO FRANCESA E A PENÍNSULA IBÉRICA



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1988

uma maior distância, cremos que se enquadra bem entre as obras mais voltadas para o pensamento político, como a dos irmãos R. W. Carlyle e A. J. Carlyle, Walter Ullmann, Ernst Kantorowicz, O. Gierke, G. Tabacco, M. D. Knowles, Garcia Pelayo, Luis Weckman, Felice Bataglia, etc., justificando-se bem o seu aparecimento recente na língua espanhola pela Ed. Vicens-Vives.

Para além dos factores clássicos e judaico-cristão, em que a Grécia, Roma e o cristianismo aparecem como contributos decisivos na literatura, na arte, no direito, na filosofia, na política, etc., gostaríamos de ver realçado e desenvolvido também o contributo germânico, nos seus aspectos ideológicos, que permaneceram eficazes até à Idade Moderna.

Sem desprimor para qualquer um dos temas abordados, parece-nos altamente feliz o destaque que os Autores deram não só aos Padres da Igreja, ao legado clássico, ao monacato, a Francisco de Assis, mas principalmente à Bíblia (com preferência pelo Antigo Testamento), como o documento mais importante para entender a Idade Média e não apenas os temas especificamente religiosos, mas precisamente o próprio direito, a arte, as catedrais, a literatura, a música, a política, etc.

De facto, as Cruzadas, as unções régias, a regra de S. Bento, a Teocracia Papal, a Teocracia Real, o milenarismo, a Liturgia, a Igreja como autoridade espiritual fora dos quadros do Estado, certas teorias políticas, a arquitectura, as perseguições religiosas, etc., tornam-se incompreensíveis sem o conhecimento da influência constante e sempre presente da Bíblia na Idade Média.

Neste contexto, não admira que W. Cook e R. Herzman, inspirando-se em Bernardo de Chartres, e comparando a nossa época com a medieval, terminem a sua obra com a seguinte afirmação: «seguimos, continuando a aprender até que ponto a nossa cultura está colocada sobre os ombros da Idade Média».

José Antunes

José Orlandis Rovira, *Historia del Reino Visigodo español*. Ed. Rialp, S.A., Madrid, 1988.

Há mais de trinta anos que José Orlandis Rovira, catedrático da Faculdade de Direito de Zaragoza, se tem dedicado ao estudo da História dos Visigodos em Espanha.

Entre os vários trabalhos que escreveu e publicou destacamos: *El poder real y la sucesión al trono en la Monarquía*

Visigoda (1962); *Historia social y económica de la España visigoda* (1975); *La Iglesia en la España Visigótica y medieval* (1976); *La España Visigótica* (1977); *Hispania y Zaragoza en la Antigüedad Tardia* (1984); e ainda, mas em colaboração com o Prof. Ramos -Lissón, a *Historia de los Concilios de la España romana y visigoda* (1986).

Assim, a obra em epígrafe, publicada em finais de Março do corrente ano de 1988, constitui, na nossa opinião, não apenas um dos seus mais importantes trabalhos de síntese, mas realmente uma verdadeira «obra de maturidade» que não deixará de impressionar os leitores que seguirem a presença dos Visigodos na Península Ibérica que, de certo modo, e como refere o autor, «inventaram e construíram a Espanha como unidade nacional».

Talvez porque se trata duma obra que tem atrás de si tantos e tão variados trabalhos do A. a revelarem, sem dúvida, uma grande e aturada investigação, ressaltam das suas páginas não só a precisão, a clareza e a feliz condensação de tão vasta temática, mas também um certo sentimento de segurança e de confiança relativamente às principais teses propostas, pelo que, mesmo que não tenham um cunho definitivo, vão constituir consulta obrigatória.

Julgo que são estas as características mais transparentes da obra e não tanto um compêndio de grandes novidades no campo da história visigoda.

No decorrer da leitura pareceu-nos ser preocupação do A. oferecer-nos uma história global sobre os visigodos. Contudo, é possível que num campo tão vasto e complexo, como é a história deste povo o A. não possa responder a todas as interrogações que um leitor mais exigente em aprofundar esta temática levanta a cada passo e até encontra mesmo certas omissões e prováveis lacunas. Mas podemos adiantar, sem qualquer intenção de advogar uma visão compartimentada da história, que tanto a História Institucional e Política, como a Económica, a Religiosa e a História Cultural e das Mentalidades, para só falar nestas grandes áreas, encontram-se suficientemente contempladas nesta obra de José Orlandis.

Daí o A. ter estruturado a sua obra em quatro vectores fundamentais: *A evolução política geral e a organização administrativa, Sociedade e Economia, o Cristianismo e a Igreja no período visigótico e a Literatura e cultura escrita*, finalizando sempre, cada uma destas partes com uma orientação bibliográfica, a todos os títulos notável.

O A. abre a sua obra começando por indicar as principais fontes da história visigoda e por demarcar a Antigüedad Tardia (409-711), defendendo a tese que o islão espanhol inau-

gurado em 711 e os núcleos cristãos do Norte que aparecem, são já Idade Média, o germén do que vai ser a história de Espanha nos posteriores séculos medievais (p. 2).

Seguidamente e depois duma breve referência à «larga marcha dos visigodos» para o Ocidente, o que alguns juristas chamam Estado pessoal (em contraste com o Estado territorial que fundaram na Península), destacam-se as relações dos visigodos com os outros povos germanos e com os próprios romanos, a sua identificação com o espaço peninsular, a sua organização, o impacto com o catolicismo, as suas instituições político-administrativas (de influência canónica, germânica e romana), o papel do direito e as causas remotas e próximas da ruína da Monarquia visigoda.

Sobre este último ponto o A., que revela conhecer a ideologia islâmica, e sem menosprezar o valor de muitas outras causas que levaram à queda da monarquia visigoda, como, por exemplo, as calamidades públicas, a luta da nobreza territorial pelo controle do Estado, etc., referindo-se, mais adiante, à chamada «traição» dos vitizanos, acentua que não se trata tanto duma traição, já que os vitizanos nunca pensaram entregar a Espanha aos árabes. Mas apenas de «um gravíssimo erro de cálculo». Porque o pedido de ajuda exterior dos reis para conseguirem ou defenderem o trono, tinha precedentes na história visigótica. Assim, «Atanagildo e Hermenegildo solicitaram a ajuda bizantina. Sisenando pediu e obteve a intervenção do exército franco. Contudo, o equívoco dos vitizanos foi não terem advertido na diferença que havia entre o Império Bizantino ou o Reino Merovíngio e o próprio Islão. E este erro provocou a perda da Espanha» (cf. p. 150).

Na segunda parte descreve a estrutura social da população, a convivência dos hispano-romanos e visigodos, a nobreza visigoda, a aristocracia hispano-romana, a actividade económica, principalmente quanto ao regime de propriedade, comércio, indústria, etc.

O Cristianismo e a Igreja no período visigótico é abordado na terceira parte, onde ressalta o papel da Igreja Católica, a realidade religiosa, a administração eclesiástica, a vida da Igreja, os Concílios com destaque para o III Concílio de Toledo.

Finalmente aborda o problema da cultura escrita. Aqui o A. começa por advertir os leitores que «constituiria um tremendo equívoco considerar a sociedade da Espanha Visigoda como uma massa ingente de iletrados da qual surgiram, como cumes isolados no meio duma planície, algumas figuras preponderantes na história da cultura» (p. 339). A comprovar tal afirmação estão as referências às escolas presbiteriais, episcopais e monásticas, à formação dos leigos, às bibliotecas, aos

escritores eclesiásticos dos séculos V e VI, aos leigos, aos padres da Igreja Isidoriana, com destaque para a figura de S. Isidoro de Sevilha que, como refere o Autor, «domina o firmamento da cultura da época».

Como conclusão, penso que esta obra é, de facto, um valioso manual não só para qualquer estudante, mas também igualmente útil para todo o estudioso da história visigoda na Península Ibérica.

José Antunes

Francisco Bethencourt, *O imaginário da magia. Feiticeiros, saladores e nigromantes no século XVI*. Lisboa, Projecto Universidade Aberta, 1987 (310 pp.).

Este é o primeiro trabalho de fôlego realizado em Portugal sobre práticas mágicas. O autor partindo do conhecimento sólido que possui do funcionamento do tribunal inquisitorial mostra-nos o mundo em que se movimentam e actuam os agentes da magia; é esta a sua «fonte» base: os processos da Inquisição. Utiliza também, com o intuito de entender as atitudes face à magia ao nível das élites intelectuais, toda uma vasta literatura produzida por estes estratos composta por legislação civil eclesiástica bem como obras de teologia moral, catequética e parentética, principalmente de autores portugueses do tempo.

O estudo escrito num estilo muito peculiar, onde as ideias expostas são quase sempre «demonstradas» pela apresentação de uma passagem recolhida nas «fontes», lembrando por vezes a agradável e sugestiva apresentação da história feita por Jean Delumeau, está dividido em três partes fundamentais: «as práticas», «as crenças» e «o espaço dos poderes».

Depois de uma breve introdução onde deixa entender que o conhecimento do universo mental em que se desenvolve a feitiçaria e as crenças que a explicam são o objecto fundamental da obra, enceta a análise das práticas detectadas nos 94 processos da Inquisição que encontrou para este período. Aqui apresenta uma tipologia das práticas mágicas de acordo com a sua finalidade o que se afigura como um caminho interessante e proveitoso. Esta via esconde contudo alguns aspectos que nos parecem importantes. Concretamente o de ficarmos sem saber de forma clara quem eram os agentes dos diversos tipos de práticas de que fala. Isto é, coloca-se a questão de saber se qualquer mágico poderia efectuar um qualquer tipo de acção, ou se pelo contrário, as finalidades desta ou daquela acção